

A construção da teoria do subdesenvolvimento: um exame comparativo das contribuições de Nurske, Rostow, Myrdal e Furtado

Vera Alves Cepêda¹ (UFSCar)

Rafael Gumiero² (UFSCar)

Resumo: Após a II Guerra Mundial houve um intenso trânsito de ideias entre os teóricos do *centro* capitalista (Estados Unidos, países da Europa) e da *periferia* (Brasil), o que permitiu a difusão e recepção, mas também as transformações das teses geradas no centro capitalista ao entrarem em contacto com a experiência e teorização nos países periféricos. Um grupo pioneiro de teóricos do centro capitalista produziu uma interpretação sobre o subdesenvolvimento, trabalhada de maneira original e vigorosa por Walt Rostow, Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal e na periferia capitalista de maneira refinada e inédita por Celso Furtado. A análise comparativa de Rostow, Nurkse e Myrdal com a tese de Furtado pode ser compreendida enquanto uma evolução dentro do marco da explicação próxima da “Teoria da Modernização”. Nas teses do grupo de teóricos do centro o eixo para a compreensão do subdesenvolvimento é o de que mudança econômica reverbera em mudanças sociais e políticas. Em contrapartida, na tese de Furtado observamos que para que as mudanças econômicas ocorram são necessárias primeiro mudanças na ordem das instituições. A nossa hipótese é de que nas teses de Rostow, Nurkse e Myrdal é progressiva a mudança do eixo explicativo do subdesenvolvimento, transitando da economia à política, mas a concretização desse método interpretativo somente foi possível na Teoria Política do Desenvolvimento de Furtado.

Palavras-chaves: subdesenvolvimento; teoria do desenvolvimento; democracia; circulação intelectual.

Abstract: After the Second World War there was an intense transit of ideas among theorists of the capitalist center (United States, European countries) and the periphery (Brazil), which allowed the dissemination and reception, but also the transformations of thesis generated in the capitalist center when entered in contact with the experience and theorizing in peripheral countries. A pioneer theorists group of capitalist center produced an interpretation about the underdevelopment, crafted of an original and vigorous way by Walt Rostow, Ragnar Nurkse and Gunnar Myrdal and in the capitalist periphery of refined and unprecedented way by Celso Furtado. The comparative analysis of Rostow, Nurkse and Myrdal with the Furtado thesis can be understood as an evolution within the mark of explanation next of the "Modernization Theory". In the thesis of the group of center theorists, the axis for the comprehension of underdevelopment is that economic change reverberates in social and political changes. In contrast, in Furtado Thesis we can noted that for the economic changes occurring it is necessary changes first in instruction of the institutions. Our hypothesis is that in the theses of Rostow, Nurkse and Myrdal the change in the explanatory axis of underdevelopment is progressive, transiting from economy to policy, but the concretion

¹ Vera Alves Cepêda é mestre e doutora em Ciência Política (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL-UFSCar) e docente do Departamento de Ciências Sociais-UFSCar. @ – veracepeda@ufscar.br / cepeda_vera@yahoo.com.br

² Rafael Gonçalves Gumiero é doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: gumierocs@yahoo.com.br

of this interpretative method was only possible in the Political Theory of Development of Furtado.

Keywords: underdevelopment; development theory; democracy; transit ideas, intellectual movement.

1. Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, um grupo pioneiro de teóricos, especialmente ligados ao campo da teoria econômica, se dedicou a interpretar a questão do subdesenvolvimento. Em situação similar ao papel desempenhado pela obra de Adam Smith em *Inquirições acerca da origem da riqueza das nações*, que expressou um momento de inflexão na compreensão da vida econômica (a dinâmica da moderna economia industrial, capaz da novidade da riqueza enquanto processo sistêmico, muito distante do anterior patamar da pobreza que caracterizou as economias tradicionais), o esforço disseminado internacionalmente, na primeira metade do século XX³ sobre a estrutura e *ratio* do subdesenvolvimento pode ser entendido, também, como uma inflexão no conjunto da teoria econômica. O momento histórico que se abre com o fim das energias do modelo colonial (e sua sustentação via vocações primário-exportadoras para as colônias), com a reconfiguração da economia mundial via efeitos da II Revolução industrial e surgimento de novos atores e interesses, com a emergência de inúmeras nações novas e independentes, lidaria com um problema econômico inédito: as diversas situações estruturais no capitalismo mundial, como a pobreza, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

A experiência concreta, que demonstrava sem sombra de dúvidas, as diferenças de resultados do desenvolvimento capitalista (a *divisão do progresso técnico*, como apontado por Ricardo) impôs um tema de reflexão ineludível: a riqueza seria apenas a saída de uma economia pré-capitalista para uma economia complexa de mercado? Ou, a adoção da fórmula capitalista levaria - sempre – ao alcance do progresso e da riqueza? A realidade histórica, vivida em especial nas regiões econômicas afastadas do centro dinâmico do capitalismo, demonstrava que não. Haveria, então, mais elementos dentro da engenharia do capitalismo responsáveis pela produção de sistemas econômicos *ricos* (nos termos originais propostos por Smith, o liberalismo clássico e mesmo a resposta dinâmica e com crises dos neoclássicos) e um cenário pontuado por *pobreza* inamovível (como círculo de ferro) e situações intermediárias como o *subdesenvolvimento*? A resposta a esta nova inquirição exigiria um retorno aos elementos centrais da teoria

³ Como precursor deste debate sobre as assimetrias internas a expansão do capitalismo mundial, embora com foco nas necessidades protecionistas nacionais é o alemão G. F. List.

econômica moderna, revendo sua lógica funcional e gerando uma revolução interpretativa. A aposta intelectual deste trabalho apoia-se nessa hipótese preliminar: da significativa mudança interpretativa provocada pelas variadas teses explicativas do subdesenvolvimento.

Um segundo elemento importante do contexto deste trabalho é que no grande amplexo das teorias do subdesenvolvimento subsistem muitas distinções, embora um marco teórico comum. A identidade reside na aceitação do argumento de que o capitalismo pode se desenvolver sob uma forma assimétrica e que o atraso ou incompletude do desenvolvimento não é uma fase, mas uma situação funcional no sistema (sendo, portanto, um *modus operandi* e não um acidente de percurso). As diferenças aparecem nas inclinações das teses de autores, correntes e escolas, ora mais afeitas à explicação a “la teoria da modernização”, ao estruturalismo mais centrado na estrutura econômica ou à incursão ao *mix* entre economia e instituições políticas (entre outras diferenciações subjacentes a esta ampla disputa teórica). Um último elemento importante na definição do argumento deste trabalho é que as distinções podem ser observadas como elementos estanques (que separam os autores, mesmo que estabelecendo nexos dialogais profundos), mas também podem ser analisado como processo, como um leito comum de evolução e robustecimento do *corpus* mais amplo da teoria do subdesenvolvimento.

Com este cenário de fundo, este trabalho pretende examinar os nexos estabelecidos entre um conjunto expressivo de autores na formulação da teoria do subdesenvolvimento: Walt W. Rostow, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal e Celso Furtado. As teses desses teóricos foram formuladas em um clima de intenso trânsito de ideias entre os teóricos do *centro* capitalista (Estados Unidos, países da Europa) e da *periferia* (Brasil), o que permitiu não somente a difusão e recepção, mas também as transformações que a aplicação das teses geradas no centro capitalista geradas no contacto com a experiência e teorização nos países periféricos. Temos aqui como primeira hipótese condutora que a interpretação do subdesenvolvimento sofreu mudanças significativas segundo seu contexto de origem. Formamos, para efeito de comparação, dois blocos de autores: o primeiro com os três autores citados (Rostow, Nurkse e Myrdal) e um segundo bloco com a tese de Furtado. A justificativa para este agrupamento é da recepção das teses da tríade R/N/M na obra de Furtado, estabelecendo o leito e a filiação comum ao campo da teoria do subdesenvolvimento, mas que foi ressignificada fortemente por Furtado mediante o ajuste ao contexto histórico da periferia representada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho na primeira

metade do século XX. Pesam na diferenciação entre a obra de Furtado e da tríade R/N/M a maior ou menor proximidade com as teses da modernização, centradas nas condições econômicas, e a utilização da argumentação política (como explicação do subdesenvolvimento e estratégia de desenvolvimento). Outros elementos justificam a análise comparativa entre estes autores, aparecendo ao longo deste trabalho.

1.1. A circulação internacional das teses sobre o subdesenvolvimento

As teses de Rostow, Nurkse e Myrdal são praticamente coetâneas e foram produzidas em países centrais ou mais desenvolvidos entre a década de 1930 e 1960. O princípio que as rege é que o subdesenvolvimento é uma situação de estagnação econômica e que a superação desse fenômeno somente pode ocorrer pela via da industrialização – o *take off* teria ocorrido, mas estaria travado, impedindo a consecução da modernização econômica. Seriam importantes e fundamentais um conjunto de ações e medidas que impulsionariam as economias subdesenvolvidas em direção ao desenvolvimento. Estes autores, economistas que falam de instituições pertencentes a países desenvolvidos, foram pioneiros na interpretação do atraso e dos obstáculos ao desenvolvimento de países não centrais. A tese comum apontava para disfunções no processo de transformação de economias que sofreram uma modernização parcial (como o efeito da forma capitalista primário-exportadora e a industrialização limitada da substituição de importações) em uma modernização completa. Itens como insuficiência ou incapacidade de investimento, limites na modernização do mercado interno, óbices na diferenciação e complexificação do sistema produtivo e mesmo o papel das instituições e estrutura social nesse processo foram apontados como dados explicativos de um capitalismo que não ocorreria natural e espontaneamente como fora o caso previsto como fórmula teórica original. O impacto dessas concepções e seu ajuste aos dilemas reais das economias periféricas (da América Latina, Ásia, África e leste europeu) abriu um caminho inédito para se pensar o processo de modernização fora das leis férreas do *laissez faire* liberal.

Uma das consequências foi a interpretação da problemática do subdesenvolvimento e do avanço do capitalismo moderno na América Latina e no Caribe realizada pelo pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Tal literatura aponta como fundamento o método histórico-estrutural evidenciando as particularidades do desenvolvimento latino-americano, ou o subdesenvolvimento, através da formação e reprodução de suas estruturas *vis-à-vis* à

dos países desenvolvidos. Nessa frente de interpretação destacou-se Celso Furtado, que observando a economia brasileira apresentou uma refinada síntese do subdesenvolvimento na periferia.

A questão do subdesenvolvimento é posta como central na produção bibliográfica dos teóricos do centro e da periferia em período muito próximo, e com certeza, com altíssimo nível de circulação e recepção. Partimos da premissa do diálogo entre o grupo de teóricos do centro formado por Rostow, Nurkse e Myrdal e Furtado. A análise comparativa entre esses teóricos não é simples e exige algumas premissas. O balanço entre as teses de Rostow, Nurkse e Myrdal podem ser compreendidas no sentido de complementação ou de discordância entre as suas respectivas interpretações sobre o subdesenvolvimento, porém as suas ideias são conduzidas em um mesmo eixo analítico, ou seja, há consenso entre elas de que as mudanças econômicas desencadeiam um movimento linear que modifica a estrutura política e social e exige que elas sejam adequadas conforme as mudanças materiais. A ideia de causalidade está impressa nessa relação de determinismo de decisões econômicas condicionarem o movimento das ações políticas, nas instituições. Na teoria furtadiana essa situação ocorre de forma diferente, as mudanças econômicas são consequência da decisão política implementada em instituições. A teoria do desenvolvimento surge da política, da conscientização das autoridades e instituições capacitadas para implementar uma política que parte do diagnóstico do subdesenvolvimento de cada país.

A análise comparativa das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do subdesenvolvimento (e de sua teoria do desenvolvimento) de Furtado permite que seja compreendido, a partir do diálogo e de seus resultados, um desdobrar explicativo com crescente valorização das decisões e instituições políticas na superação do subdesenvolvimento. Em conjunto e de forma comparada, é visível que a argumentação desloca-se das energias postas no campo/estruturas econômicas e passam, no caso de Furtado, a uma sobrevalorização das estratégias e impactos políticos⁴.

As obras dos teóricos do *centro* que foram trabalhadas nesse artigo foram *Etapas do crescimento econômico*⁵ (Rostow, 1960), *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (Nurkse, 1953) e *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (Myrdal, 1956). Podemos afirmar que essas obras foram produzidas

⁴ Cumpre destacar que para Furtado o recurso ao Estado e ao planejamento foi acompanhado da defesa da democracia, de políticas para transformação da ossatura social (como o enfrentamento das Reformas de Base ou da cultura do atraso no Nordeste) e de uma mudança de hábitos, cultura e racionalidade como parte da luta pelo desenvolvimento e não como corolários dele (cf. CEPÊDA, 2012).

⁵ Rostow produziu importantes trabalhos que antecederam e permitiu afinar o seu esquema faseológico na obra *Etapas do crescimento econômico*, publicada em 1960. A obra *Processo do crescimento econômico*, de 1952, e o artigo *The Take-Off into Self-Sustained Growth*, de 1956, fizeram parte do processo de construção da sua tese etapista para o crescimento econômico.

pelos seus respectivos autores balizadas por dois movimentos: o do diagnóstico do subdesenvolvimento e o do prognóstico para a superação desse fenômeno. A opção pela escolha desses teóricos do centro se justificativa em primeiro lugar pela produção das suas teses como uma recusa aos postulados da teoria econômica clássica. Em segundo, inovam o repertório da interpretação da pobreza nos países marginalizados pela divisão internacional do trabalho distanciando dos postulados do *laissez-faire*.

No balanço entre as teses desses teóricos podem ser destacadas as suas interpretações sobre o subdesenvolvimento de acordo com os seus pontos de vista. Rostow apresentou a ideia de esquema *faseológico* histórico do desenvolvimento econômico, partiu da premissa de que a etapa de decolagem (*take-off*) na economia permitiria os países em atraso econômico dar o salto para a modernização da sua economia e subjacente a esse movimento as instituições acompanhariam as mudanças na esfera econômica. Nurkse sistematizou os conceitos de *círculo vicioso da pobreza* e o *efeito de demonstração*, o subdesenvolvimento para o referido teórico está encerrado a um sistema de causalidades, ou seja, a baixa produtividade na economia gera baixa renda para os trabalhadores, o que não permite a expansão do mercado interno, enquanto o efeito de demonstração influencia o padrão de consumo da elite na periferia a seguir o mimetismo do padrão de consumo das elites de países centrais, a impedindo de promover investimentos no setor de transformação, os seus lucros são direcionados para consumo de bens de luxo. Myrdal produziu a sua tese amparada pelo seu método da *causação circular cumulativa* e foi o primeiro autor a inserir a ideia de democracia como valor no repertório do prognóstico para o desenvolvimento. Diferentemente de Nurkse, Myrdal compreende que o círculo vicioso da pobreza pode produzir efeitos regressivos e progressivos em uma economia. A ideia geral em sua tese é a de que investimentos setoriais podem desencadear efeitos progressivos em uma economia, retirando as economias da estagnação ao espalhar a sinergia do crescimento econômico de uma região para outra. A relevância destes teóricos é a de que, antes dos anos 50, nenhum teórico no campo da economia dos países centrais⁶ havia formulado, sistematicamente, uma tese do subdesenvolvimento. Nesse sentido podemos afirmar que apesar das teses de Rostow, Nurkse e Myrdal apresentarem lacunas sobre a interpretação do subdesenvolvimento, juntas elas se complementam e apresentam importantíssima inovações e contribuições sobre a questão.

⁶ No artigo são considerados os países centrais os da Europa Ocidental e os Estados Unidos. Apesar de Nurkse ser originário da Letônia, situada na Europa Oriental, optou-se por inseri-lo no conjunto de teóricos que produziram as suas teses nos países centrais, dado que formulou a sua tese e trabalhou grande parte da sua carreira em Viena, Nova Iorque (EUA). No caso de Rostow, originário dos Estados Unidos e Myrdal de origem sueca são classificados como teóricos dos países centrais, dado a sua nacionalidade.

Pela amplitude do pensamento de Celso Furtado e sua vasta produção sobre os temas subdesenvolvimento e desenvolvimento, este texto atém-se ao período de 1954 a 1967, à chamada primeira fase do seu pensamento⁷. As suas obras selecionadas foram: *Formação econômica do Brasil* (1959), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *A dialética do desenvolvimento* (1964) e *Teoria política do desenvolvimento econômico* (1967)⁸. Como contribuições centrais deste autor podemos destacar a diferença entre a formação do subdesenvolvimento e os obstáculos ao desenvolvimento e o papel da política na teoria política do desenvolvimento econômico (título de um dos mais importantes textos de Furtado).

O diálogo estabelecido entre esses teóricos do centro e Furtado obedecem a dois movimentos, que podem ser compreendidos como justificativa pela escolha de Celso Furtado. O primeiro é a recepção dessas teses por Furtado, que se apropriando do esquema geral (dialogando ou divergindo dele) elabora um diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro. No segundo movimento, Furtado compreende que o subdesenvolvimento no Brasil possui características que permitem classificá-lo como singular, tendo que, por exigência da análise, afastar-se bastante dos modelos de Nurske, Rostow e Myrdal, produzindo uma tese específica.

Além da introdução e da apresentação geral, esse artigo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta a análise das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal. Na segunda seção apresentamos a inovação produzida pela teoria furtadiana sobre a questão do subdesenvolvimento. Finalmente, na última seção apresentamos a ressignificação produzida pela teoria do desenvolvimento de Furtado em relação ao discurso sobre o subdesenvolvimento interpretado pelos teóricos do centro capitalista (Rostow, Nurkse e Myrdal).

2. A emergência da tese do subdesenvolvimento: as contribuições pioneiras de Rostow, Nurkse e Myrdal

⁷ Podemos organizar o pensamento de Celso Furtado em três fases distintas. A primeira vai do começo de sua carreira até o Golpe de 1964; sua principal marca é o otimismo e a esperança em reconhecer que a herança deixada pela colonização (geradora do quadro de subdesenvolvimento) é passível de superação – trata-se da crença no potencial do desenvolvimento nacional. A segunda inicia-se após o Golpe Militar, quando Furtado é exilado. Nesse momento, Furtado observa que “a pior das alternativas” no cenário brasileiro havia logrado sucesso, constituindo um regime político fechado, sem direito à participação política dos indivíduos. Finalmente, a segunda metade da década de 1980 marca sua terceira fase, o esforço memorialista, quando faz uma revisão dos principais temas das décadas de 1950 e 1960 em sua correlação com os novos desafios impostos pelo capitalismo globalizado.

⁸ Embora a obra *Teoria política e desenvolvimento econômico* tenha sido produzida após o exílio de Furtado e compreenda o período da segunda fase de seu pensamento, ela não poderia faltar na análise deste texto, pois representa a síntese do pensamento do autor nos anos 1950.

Uma leitura comparada e circunstanciada das teses de Rostow, Nurkse e Myrdal permitem apresentar alguns pontos de proximidade e de discordância sobre a interpretação do subdesenvolvimento.

A tese de Rostow (1960) foi elaborada pelo esquema faseológico do crescimento econômico, ou seja, a trajetória para o crescimento econômico é única, deve necessariamente passar pelas cinco etapas do crescimento econômico: a) a primeira fase é a sociedade tradicional; b) seguida pela fase das pré-condições para a decolagem; c) a terceira fase é a decolagem (*take-off*); d) posteriormente, é a fase da maturidade e, e) finalmente, fase da era do consumo. O significado do conceito de subdesenvolvimento na tese deste autor apoia-se em uma ideia de atraso econômico como manifestação de uma situação ou estrutura de sociedade/economia de tipo tradicional (pré-capitalismo e comunidade). A sua concepção de atraso está colada a noção de especialização da economia dos países na agricultura, situação agravada pela deficiência técnicas dos profissionais, pelos equipamentos obsoletos empregados na produção agrícola, pelo baixo rendimento auferido pelo produtor em sua colheita. O seu conceito de atraso é o estado de estagnação de economia pré-capitalista ou de sub-capitalismo.

O conceito de decolagem (*take-off*) de Rostow é o eixo da sua tese e é caracterizado pela passagem da economia da sociedade tradicional para a modernização das suas atividades econômicas, balizada pela industrialização em setores estratégicos da economia. Nesse sentido, é possível afirmar que Rostow formulou a sua tese ancorada no esquema faseológico determinado por dois aspectos fundamentais: 1) no modelo de modernização centrado no padrão norte-americano, evidenciada nas etapas de decolagem, seguida pela etapa da maturidade da economia, movimento capacitado pelas inovações tecnológicas e pela etapa do consumismo de massa; 2) a economia assumiu posição privilegiada em sua tese, a mudança é projetada na sociedade por essa dimensão, inserida em uma lógica reformadora conservadora, ou seja, dentro do *status quo*, renovação das elites no poder e das instituições com ausência de transformação na base da sociedade.

O conceito de decolagem de Rostow se remete metaforicamente a ideia de um avião que está prestes a levantar voo, portanto, há pré-requisitos que antecedem esse movimento. Na tese do teórico norte-americano não é diferente, a passagem da etapa das pré-condições para a da decolagem deve ser precedida pelo aumento da produtividade, amparada pela instalação da industrialização em setores estratégicos da economia e pelos investimentos externos como fonte de financiamento. O projeto de industrialização aposta em investimentos em setores estratégicos da economia, capazes

de promover sinergia do crescimento destes setores para outros da economia (ROSTOW, 1960).

A tese de Rostow idealiza a industrialização como prognóstico para a saída dos países em atraso econômico subjacente a implementação de um modelo de modernização arquitetado sob a batuta do Estado em setores estratégicos da economia. O crescimento da economia é a força catalisadora das mudanças na sociedade, exigindo concomitantemente renovação das instituições políticas de acordo com o movimento produzido pela economia. É a ideia da política se ajustar às transformações propaladas no campo da economia, compreendida como um processo de causalidade.

Apesar do elegante modelo de fases produzido por Rostow, a sua tese foi a que se manteve mais próxima da teoria neoclássica da economia, se comparado às teses de Nurkse e Myrdal. Na interpretação do teórico referido os países apresentam como ponto de partida a sociedade tradicional como uma condição circunstancial, ou seja, o atraso não é resultado das suas estruturas econômicas, produzidas no processo de formação do país. O receituário para os países saírem do atraso são os investimentos setoriais na industrialização e a modernização das suas instituições. Rostow parte do pressuposto de que todos os países devam seguir as orientações oferecidas pelo seu modelo faseológico, é a ideia de um caminho pré-moldado para o desenvolvimento.

Para Rostow o capitalismo produz um único modelo de modernização, ficando fragilizado os diferentes processos e estruturas específicas do capitalismo em países subdesenvolvidos e desenvolvidos. As evidências que vão surgindo ao longo do processo de industrialização travada dos países periféricos irão reforçando o peso das peculiaridades e das diferenças entre estes dois grupos de países e exigindo o desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas de acordo com a estrutura de cada país e não de maneira pré-moldada.

A tese de Nurkse (1957) aparece mais alinhada e próxima à realidade econômica e social dos países subdesenvolvidos do que a de Rostow. Em seu diagnóstico os principais entraves para os países subdesenvolvidos são as desigualdades geradas pelo intercâmbio comercial e o problema de formação de poupança. O subdesenvolvimento é determinado pelo “círculo vicioso da pobreza” que é resultado da dificuldade em formar poupança e da especialização da economia na atividade agrária, que coloca os trabalhadores em péssimas condições de emprego, os incapacitando de adquirir renda e formar poupança. Nesse sentido, o subdesenvolvimento está enclausurado em um sistema econômico que o retroalimenta, impedindo que esse círculo seja quebrado.

O “efeito de demonstração” impede a formação de poupança e influencia o consumo da população em países subdesenvolvidos a seguir o padrão desempenhado em países centrais. Essa situação determina o aumento de consumo da população e os lucros dos empresários capitalistas são destinados a esse fim, o que dificulta os seus investimentos na modernização dos equipamentos para ampliar a produtividade (NURKSE, 1957).

Diferentemente de Rostow que apresentou uma fórmula “acabada” para o crescimento econômico (as fases sucessivas e cumulativas), Nurkse (1957) avança nessa sistematização ao apresentar *dois modelos* de subdesenvolvimento, o dos países superpopulados e o dos subpovoados. Inaugura-se, assim, uma leitura mais complexa sobre vias do capitalismo em sua situação histórica real. Apesar desses dois modelos de subdesenvolvimento proposto por Nurkse apresentarem diferenças, elas possuem nuances que permitem enunciar algumas características que colaboram para definir economias subdesenvolvidas. O círculo vicioso da pobreza é resultado da baixa renda da população e concentrada a mão de obra na produção agrícola. A especialização da economia em um único setor produtivo e a ausência de poupança da população revela o mercado interno reduzido. O efeito de demonstração dificulta os investimentos da elite na modernização da produtividade e na promoção da indústria, pois capta os seus lucros para direcioná-los ao consumo de bens de luxo.

Nos países superpovoados, o subdesenvolvimento é caracterizado pelo “desemprego disfarçado”, que é um fenômeno de massa inserido em economias predominantemente agrárias e superpovoadas, o que resulta na poupança oculta. É um fenômeno determinado pela especialização da economia no setor agrário e inexistência do setor de transformação, poderia aumentar a oferta de mão de obra para descongestionar o seu volume no setor agrário. O desemprego disfarçado rural apresenta muitos aspectos diferentes ao desemprego industrial, o mais evidente é que não pode ser absorvido por meio da expansão monetária, torna-se ineficaz por causa da inelasticidade da produção agrícola. A poupança oculta se manifesta em países superpovoados, dada a concentração de trabalhadores nas atividades agrárias e que produz um efeito deletério nas condições de trabalho (baixos salários e desemprego dos trabalhadores), e na produtividade (a produção permanece imutável independente do número de trabalhadores) que não possui equipamentos modernos em sua cadeia produtiva.

Nos países com escassez de população e especializados na agricultura o subdesenvolvimento é manifestado pela escassez na formação de capital, que é

resultado da baixa produtividade de produtos agrícolas. O aperfeiçoamento das técnicas e dos métodos da produção agrícola promoveria condições para aumentar a produtividade e desocupar a mão de obra desse setor para ocupar postos de trabalhos nos setores de transformação e de serviços.

O prognóstico de Nurkse (1957) para a saída do subdesenvolvimento é a industrialização. Diferentemente da estratégia setorial adotada por Rostow para o projeto de industrialização, Nurkse defende a tese do crescimento equilibrado como estratégia para ampliar o mercado interno e incentivar a produtividade (por meio do investimento estrangeiro) nos países subdesenvolvidos. O teórico supracitado prioriza como medida de superação do subdesenvolvimento a formação de capital e o planejamento orientado pelo Estado na economia.

Já as teses que aparecem na obra de Gunnar Myrdal apresentam em seu repertório uma concepção sociológica e política do desenvolvimento econômico que nos permite classificá-lo em relação a Rostow e Nurkse, como aquele teórico que *inovou* o repertório sobre a interpretação do subdesenvolvimento. O método de “causação circular (acumulativa)” na tese de Myrdal concilia variáveis econômicas e não-econômicas na elaboração do seu diagnóstico sobre o subdesenvolvimento. Myrdal avançou na sistematização do conceito de círculo vicioso, utilizado por Nurkse, ao enfatizar que esse conceito não se limita a desencadear apenas efeitos negativos na economia. O círculo vicioso é um conceito que pode gerar “efeitos progressivos”, partindo dos investimentos setoriais estratégicos na economia o princípio metodológico da causação circular cumulativa promove uma espiral ascendente para o crescimento em outros setores intermediários da indústria. A indústria siderúrgica é um exemplo de setor estratégico que pode difundir sinergias para os setores intermediários dessa indústria.

Myrdal assim como Rostow é um signatário da tese do crescimento setorial. De acordo com o método de causação circular cumulativa de Myrdal pode haver geração dos efeitos progressivos para os outros setores desta economia, bem como efeitos regressivos na economia, resultado do baixo dinamismo e da débil integração nacional.

A interpretação de Myrdal sobre o subdesenvolvimento representou importante avanço se comparada com as teses de Rostow e Nurkse. O subdesenvolvimento pode proporcionar desigualdades regionais em um mesmo país. Por conta desse diagnóstico, a integração nacional assumir prioridade em sua tese como medida de superação para as assimetrias regionais. A ausência da integração nacional pode desencadear um crescimento desequilibrado, concentrando os investimentos na região do país que

estiver preparada com infraestrutura e indústrias instaladas, ou seja, imperaria as vantagens de locação para os investimentos. O desequilíbrio geraria duas situações em um país, o crescimento acelerado de uma região em contraste à estagnação econômica de outra.

A integração do mercado interno assume importância central na tese de Myrdal (1957) e o Estado deve assumir a tarefa de providenciar por intermédio do planejamento políticas econômicas para a integração nacional. A democracia é um valor determinante para o desenvolvimento na tese de Myrdal. O autor associa a ausência de democracia como privação dos direitos à liberdade dos indivíduos. Desse modo, um país deve conciliar crescimento econômico com democracia. A sua tese pode ser classificado entre as teses de Rostow e Nurkse como aquela que inseriu a questão política na interpretação do subdesenvolvimento. Myrdal incorpora, além da renda *per capita*, aumento da produtividade industrial e do produto interno bruto (PIB), a democracia como elemento necessário ao cálculo do desenvolvimento.

Dessa forma, os subsídios oferecidos por Rostow, Nurkse e Myrdal ampliaram o repertório sobre a interpretação do subdesenvolvimento. O balanço entre essas teses do subdesenvolvimento produzidas no centro, de maneira gradual, ilustram como as mudanças no campo da teoria do desenvolvimento avança, progressivamente, do campo de uma economia de movimento único (Rostow), para as determinações de situação histórico-econômica (Nurkse) e para a incorporação de novos itens na agenda do desenvolvimento (a democracia e suas instituições em Myrdal). Estes autores são fundamentais para compreendermos o amplo processo de expansão, recepção, legitimação e aplicação de políticas *contra o subdesenvolvimento* (os projetos desenvolvimentistas que surgem em sua esteira)⁹, que explodiram no mundo após os anos de 1930/1940. As suas respectivas teses foram balizadas pelo diagnóstico e prognóstico de países subdesenvolvidos e abriram caminho para outras importantes contribuições que permitiram compreender esse fenômeno não apenas pelo campo da economia, mas da política. Porém, a produção teórica de Celso Furtado, no mesmo campo, abriria uma nova frente de compreensão e geraria um acréscimo teórico importante ao afastar-se, em definitivo, da percepção de que as mudanças econômicas

⁹ Importantes obras pioneiras e coetâneas aos teóricos trabalhados nessa comunicação complementam esse quadro de interpretações sobre o subdesenvolvimento, citamos as obras e artigos de: Roseinstein-Rodan, Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste, de 1944; Prebisch, O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas (*Manifesto Latino-Americano*), de 1949; Singer, A mecânica do desenvolvimento econômico, de 1952; Lewis, O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra, de 1954; Perroux, O conceito de pólos de crescimento, de 1955; Agarwala e Singh, A economia do subdesenvolvimento, de 1969.

gerariam alterações sociais e políticas (típicas da teoria da modernização), introduzindo o argumento político como parte essencial da superação do subdesenvolvimento.

3. As inovações teóricas de Furtado: entre a economia e a política

Uma primeira contribuição à compreensão das teses de Furtado versa sobre a definição de dois conceitos, interligados, porém distintos: o subdesenvolvimento e o desenvolvimentismo. O primeiro termo refere-se ao processo de formação e integração das economias coloniais à órbita e dinâmica da economia capitalista. Dada a natureza de sua feição mercantilista, a formação colonial obedeceria (como também exposto por Caio Prado Jr) à função primário-exportadora (em especial após a revolução industrial). O subdesenvolvimento é um processo histórico, causador de uma situação econômica e social reflexa, assimétrica e periférica. As ferramentas teóricas capazes de *interpretar* (e esta é a chave deste conceito) o subdesenvolvimento são a teoria econômica não neoclássica e a história (eixos do estruturalismo cepalino). Já o desenvolvimentismo é uma leitura das sociedades subdesenvolvidas em estágio de brecha histórica, organizando tanto a interpretação desse momento quanto desenvolvendo ferramentas conceituais e operacionais de sua superação. O desenvolvimentismo, em especial no caso do Brasil analisado por Furtado, é uma resposta à uma industrialização obstruída pelos variados entraves herdados do modelo primário exportador. As ferramentas do desenvolvimentismo são uma teoria econômica própria (ajustada e adaptada às condições especiais do subdesenvolvimento de grau superior¹⁰) e um brutal recurso ao campo político: quer seja via ação do Estado, que seja pelo compromisso nacional, quer seja (e muito especificamente, pela defesa da democracia enquanto elemento do menu de estratégias de superação da industrialização obstaculizada).

A leitura sobre o lugar da política na interpretação do subdesenvolvimento e no projeto do planejamento desenvolvimentista é bastante visível na perspectiva que toma a política (nação) como um resultado a ser alcançado pela via de alteração dos processos econômicos. Porém, uma investigação mais meticulosa revela uma outra relação entre economia e política subjacente à lógica que orienta a “produção artificial do desenvolvimento”: a de causação política para um efeito econômico. Ao combinarmos a leitura de três trabalhos de Furtado - *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967) - questões como regime aberto (democracia), participação política e conflito passam a ser

¹⁰ Cf. Furtado, 1967.

fundamentais, *não como efeito do desenvolvimento da estrutura econômica*, mas, ao contrário, *como condicionantes desse próprio desenvolvimento*. Em situação subdesenvolvida a dimensão política alcançaria um papel equivalente ao de fator estratégico do crescimento econômico - estando assim, antes e não depois do processo, funcionando como causa e não consequência.

Na hipótese de interpretação que propomos este movimento implicaria em duas rotações profundas da teoria furtadiana em relação ao debate *inter pares* de sua época: um afastamento radical dos pressupostos da teoria da modernização¹¹, de um lado, e a conformação de uma arquitetura singular para o funcionamento lógico da *economia do subdesenvolvimento*. Para a análise do entrelaçamento entre estes dois campos na tese furtadiana é necessário lembrar os elementos que permitiram, na década de 1950, o *take off* desenvolvimentista:

a) a diferenciação da estrutura econômica nacional, cindida entre o setor mercantil-exportador e a alternativa do setor industrial - o primeiro em declínio pela depauperação inevitável dos ciclos econômicos primário-exportadores e o segundo em ascensão, porém paralisado pelos gargalos estruturais na passagem para a etapa de industrialização pesada.

b) a tensão entre a dinâmica da economia reflexa (exportadora) e a diminuta autonomia dada pela dinâmica de consumo gerado no mercado interno.

c) a modernização dos atores e setores ligados ao processo produtivo, notadamente a massa que se formava de trabalhadores urbano-industriais e a geração de laços de interesse entre os setores industriais urbanos e demais setores produtivos voltados para mercado interno (indústrias complementares da cadeia, comércio, serviços e setor agrícola consumo interno).

d) a existência de um arsenal político - teórico e ideológico - que explicava com clareza o atraso e apontava soluções factíveis para a transformação do futuro. Compõe este acervo a tese do subdesenvolvimento e a proposta de planejamento econômico, particularmente a produção intelectual de lavra furtadiana iniciada em *Formação Econômica do Brasil*. Sobre esta obra assinalamos a sua importância como um “*trabalho de consolidação da consciência desenvolvimentista brasileira, que ele fundamentou com uma bem constituída argumentação histórica*” (BIELSCHOWSKY, 1988: 193).

¹¹ A teoria da modernização corresponde à percepção de que processos de modernização econômicos produzem mutações sociais, que por sua vez levarão à participação política e implementarão as instituições democráticas. Assim, a modernização nasceria na economia e teria seu corolário nas instituições políticas. Autores importantes dessa corrente para o debate latino-americano são Seymour Lipset e Talcott Parsons.

Anteriormente apontamos o nacional-desenvolvimentismo como um pacto nacional, orientado pelo esforço social global de resolução dos limites da soberania e evolução da sociedade brasileira. A forte aceitação das teses do planejamento, que como ressalta Bielschowsky (1988) incluía setores ideológicos diversos do pensamento econômico, pode ser observada pela agregação de atores “à direita, centro e esquerda” em um movimento macrosocial que reformatou o papel e a ação do Estado e de seus operadores, fechando o ciclo iniciado com a Revolução de 1930. A fase posterior à implementação do Plano SALTE (1948) era, definitivamente, industrialista e planejadora, independente das oscilações e desdobramentos posteriores que ocorreram *dentro* deste mesmo campo. Na década de 1950 completa-se a gestação de uma *intelligentsia* que possuía, pela primeira vez, simultaneamente uma tese, um projeto, um pacto social e instrumentos para planificação da mudança social.

É nestes termos que se coloca a questão de entender que naquele momento histórico específico estava à disposição da sociedade brasileira mais de um projeto político, albergado *ipso facto*, no grande bloco histórico desenvolvimentista. Também nesta direção é que a produção furtadiana reluz, portadora de uma arquitetura interna complexa e completa, originando-se no argumento econômico (grande consenso sócio-político à época para compreensão do atraso) e avançando, coerentemente, nas fronteiras das questões social e política. Há, no conjunto de suas obras, uma fidelidade a uma maneira de entender e mudar o processo social pautada em uma análise teórica rigorosa que subverte a relação entre o lugar da economia e o lugar da política nesse processo. A função estratégica da política na dinâmica do desenvolvimento econômico será analisada, na síntese das obras selecionadas (*Dialética, Pré-revolução e Teoria e Política*), em duas perspectivas: i) a organização dos trabalhadores e sua capacidade de demandar a realização de seus interesses específicos e ii) o marco democrático como mecanismo de superação da persistência de nichos de anacronismo, ligados aos interesses do modelo agrário-exportador e latifundista, capaz de impedir a consecução plena do desenvolvimento social.

Na avaliação dos obstáculos ao desenvolvimento, Furtado assinala como óbices perigosos a baixa capacidade de investimento, em especial nos segmentos de bens de capital¹², o consumo suntuoso das elites (com propensão ao consumo externo), o

¹² Nurske (1957) já havia apontado a gravidade do problema da incapacidade de formação de capital nas economias subdesenvolvidas. Furtado argumenta este aspecto na seguinte linha: o problema do ciclo mercantil-exportador era determinado pela incapacidade de geração poupança interna em função da deterioração crescente de termos de troca, porém a superação desse modelo exigiria aportes significativos de recursos que o sistema não conseguia gerar e que progressivamente perderia ainda mais pela crescente tendência ao seu enfraquecimento. Impedir-se-ia, assim, a chance de superação do subdesenvolvimento pela insuficiência dos recursos necessários para o estímulo à alternativa industrial - este é um elemento precioso na situação de círculo vicioso.

mimetismo do efeito demonstração no consumo interno, o déficit tecnológico e, principalmente, o diminuto tamanho do mercado interno (fonte de toda dinâmica industrial internalizada, de contínua diferenciação e sofisticação da malha produtiva e caminho necessário para aumento da produção e da acumulação). Somente através da vitalidade deste último é que a ausência de capacidade de investimento poderia ser solucionada definitivamente, desonerando no longo prazo o Estado da tarefa de investimento estratégico.

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) Furtado trabalha com a demonstração da tendência deletéria do empresariado nacional, não por deliberação e sim por consequência de sua racionalidade estreita e de curto prazo na definição de seus investimentos. Dada a irracionalidade dos agentes econômicos privados que orientam seus recursos para o gasto pessoal ou para setores mais imediatamente rentáveis - exatamente aqueles que aceleram o gargalo estrutural do sistema econômico - apenas o Estado pode, com sua racionalidade acima do mercado e do interesse privado, modificar, através de políticas públicas corretivas e/ou ação produtiva direta, a lógica e inércia desse processo. Este é um argumento importante em Furtado: a situação de aquecimento do mercado interno pós final da Primeira Guerra Mundial foi indutora da dinâmica industrial, que se volta ao abastecimento doméstico. No entanto, quanto mais a produção industrial “leve” aumenta maior a pressão sobre o consumo de bens de produção “pesado”: capitais, tecnologia, matérias-primas, infraestrutura e insumos estratégicos como energia. Exatamente o que custa mais caro, tem retorno (em termos de lucratividade) de prazo muito mais longo e exige maior imobilização de capital. Os atores econômicos, por sua racionalidade miúda, preferem continuar investindo em uma produção de menor custo e lucro rápido, impactando no aumento da pressão sobre os gargalos estruturais, desorganizando a economia e impedindo a passagem para uma etapa mais avançada de industrialização bancada pelo investimento e recursos privados. Sem adentrar ao tema da dúvida política sobre a capacidade da burguesia nacional na promoção do desenvolvimento, Furtado duvida, de maneira muito mais grave, da capacidade virtuosa da ação desse setor na própria dimensão econômica.

Para este autor, os limites da economia auto-regulada em situação subdesenvolvida implicam em uma ação mais deletéria dos empresários em relação a seus próprios interesses – mais que os danos causados pela *incerteza* (motor da crise nas economias centrais conforme Keynes), na periferia o travamento do desenvolvimento ocorreria pelo risco decisório imposto ao empresário em cenário de gargalos estruturais.

Assim a regulação seria aqui invocada por outra forma de desajuste intestino à racionalidade econômica privada. No entanto, esta política interventora, corretora e planejadora só será eficiente se conseguir alterar a *ratio* anterior, produzindo novas lógicas, demandas e interesses que modifiquem estruturalmente a complexa interface entre o mundo da produção e o sistema social. Esta é, aliás, exatamente a essência do termo desenvolvimentismo: *alteração profunda, racional e planejada de uma dada estrutura econômica viciosa*. É somente nessa acepção que o termo “desenvolvimentismo” (mudança qualitativa e sistêmica) pode ser diferenciado de crescimento (mudança quantitativa e possivelmente setorial), tornando-se um projeto econômico-social de forte alcance político.

A aposta furtadiana elege como elemento capaz dessa metamorfose profunda as demandas dos trabalhadores no processo de luta pela distribuição de renda e repartição dos ganhos da riqueza social. A livre organização dos trabalhadores, bastando começar por aqueles ligados ao assalariamento promovido pela cadeia urbano-industrial, teria como efeito diminuir a concentração de renda que permitia aos empresários o gasto luxuoso, convertendo essa massa monetária em salário, consumo e aumento da demanda por bens manufaturados. O impulso para aumento da produção geraria um novo ciclo virtuoso da produção industrial que utilizaria mais matérias-primas, capitais e trabalho, ampliando o gasto inter-capitalistas, expandindo o mercado de trabalho e o tamanho da demanda global interna. O deslocamento da dinâmica para o centro-interno de decisão, pautado pelo mercado e indústrias domésticos, poderia então deslanchar em um movimento contínuo, ascendente e retroalimentado.

Um outro resultado poderoso do aumento dos salários seria o de impulsionar os empresários à geração do lucro via produção e inovação tecnológica, impedindo-os da utilização do velho e danoso recurso de acumulação via espoliação dos salários. Impossibilitados de repassar aos trabalhadores, na forma de redução de salário, qualquer queda na taxa de lucros, o caminho inevitável seria o de investir no aumento de produtividade, através da renovação tecnológica. No caso de economias subdesenvolvidas, com acesso a mecanismos extraordinários de obtenção de lucro (como baixos salários derivados do amplo exército industrial de reserva e das restrições dadas por um mercado com baixa concorrência de preços), o ciclo virtuoso schumpeteriano da destruição criadora e do empresário inovador estariam estruturalmente impedidos. Furtado assinala que a solução poderia ser dada pela mudança na estrutura de salário e renda, deflagradora de uma alteração geral do sistema econômico.

A função econômica da luta pelo salário é facilmente compreensível na tese furtadiana. No entanto, o que apontamos aqui é que o disparador do movimento virtuoso da economia precisa ser dado fora do sistema produtivo, no âmbito da política:

A formação de capital segue assim por um canal previamente aberto, tropeçando apenas com obstáculos institucionais decorrentes dos ajustamentos insuficientes ou atrasados do marco institucional que disciplina os distintos fluxos econômicos. Os principais desses obstáculos refletem a persistência de formas anacrônicas de distribuição da renda, que se traduzem em insuficiente vigor na demanda final para consumo ou investimento (Furtado, 1964: 32)

Questões como engenharia institucional e de direitos é que definem a possibilidade de livre organização, expressão e luta de interesses organizados da sociedade, no marco da democracia representativa. Assim, superar o subdesenvolvimento pressupõe a participação política e a garantia de instâncias de expressão dessa participação¹³. Ao contrário da tese clássica da teoria da modernização, como encontrada em Rostow, Nurske e (menos, mas ainda) em Myrdal, na perspectiva furtadiana a dimensão institucional é que desata o nó górdio dos obstáculos ao desenvolvimento econômico.

A perspectiva sobre a função política *ex-ante* os efeitos do desenvolvimento encontra-se na sua capacidade de superação dos resquícios do atraso. A herança colonial não havia apenas deslocado surtos cíclicos mercantil-exportadores ao longo do território brasileiro, caracterizados pela baixa capacidade de retenção da riqueza produzida nesses movimentos no sistema local, mas também definira um hibridismo social grave, ancorado no insulamento de produção em estruturas regionais autônomas e incomunicáveis. O legado do dualismo estrutural geraria um problema forte para a questão nacional, dada a impossibilidade de um compromisso federativo.

Paralelo a um surto modernizante provocado pelos picos de produtividade primário-exportadora, elites regionais formaram-se dotadas de alta capacidade de apropriação de capitais sociais e políticos poderosos. No nordeste, a permanência do latifúndio, da prática do coronelismo no controle dos grupos dominantes sobre os recursos de representação política (bolsões eleitorais) e do controle do aparelho do Estado atravessou séculos, chegando na etapa nacional-desenvolvimentista articulada a ponto de produzir o efeito perverso da “indústria da seca”. No sudeste a articulação das elites cafeicultoras no controle direto do Estado durante a Primeira República é um exemplo similar.

¹³ Na medida em que o sistema industrial alcança certo grau de autonomia, seu papel dinâmico atinge maior extensão e complexidade. Quando depende principalmente de si mesmo para abastecer-se de equipamentos, deixa de ser um sistema dependente e logra autonomia de crescimento (Furtado, 1958: 33).

Dois grupos políticos fortes, originados de momentos diferentes na longa tradição primário exportadora, perpetuavam o passado e agiam contrariamente a passagem para industrialização: as oligarquias mercantil-exportadoras do sudeste e as elites latifundistas nordestinas. Em conjunto, mesmo no ambiente do planejamento estatal dos anos de 1950/60, estes atores conseguiam manter (via controles eleitorais e apropriação de segmentos operacionais dentro do aparelho de Estado) importantes parcela de controle político¹⁴ via: a) absorção dos investimentos estatais, b) barrando mudanças estruturais radicais em temas como a estrutura fundiária, políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal e tributária), bem como aqueles temas ligados aos direitos trabalhistas e sociais e a distribuição do bem-estar. Minar a força dessas elites, destruindo os focos de anacronismos herdados da colônia, era uma necessidade para garantir a construção do Brasil Moderno. Para Furtado a democracia carregaria essa possibilidade já que o específico do Estado democrático não seria a eliminação dos grupos – que, ao contrário poderiam nela “*crescer e conservar seu poder*”, mas na tendência á “*eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas* ” (Furtado, 1964: 45).

A única via para a realização dessa outra frente na tarefa histórica de superar o atraso e o subdesenvolvimento era *fortalecer* o marco legal democrático que através da expansão e da mudança representativa e cultural das bases sociais e territoriais do colégio eleitoral, bem como pela poderosa pressão da opinião pública (cada vez mais educada no processo de participação eleitoral) poderia completar o ciclo da transformação social brasileira.

Esta análise de Furtado fecha um importante marco no trajeto das teorias sobre o fenômeno do subdesenvolvimento. Das seminais contribuições das obras de Rostow, Nurkse e Myrdal, que tiveram ampla circulação e repercussão no ambiente intelectual latino americano¹⁵, até a lavra furtadiana observam-se quatro características importantes: a primeira é que no diálogo sobre os fundamentos do subdesenvolvimento há como um processo de complexificação explicativa, e as obras/autores vão sofisticando progressivamente os elementos e a lógica de sua análise; a segunda é um deslocamento também progressivo da proximidade e apoio em argumentos de tipo clássicos e neoclássicos até a ruptura desenvolvimentista de cunho keynesiana radical; na mesma toada, o terceiro elemento seria o afastamento progressivo dos fundamentos

¹⁴ Como a posição do setor agrícola em geral está orientada para a defesa do status quo institucional, com base nas fortes posições que ocupa no poder legislativo, o grupo latifundiário de atuação mais anti-social conseguiu sempre mover-se dentro de uma ampla frente em que seus interesses se confundem com os do conjunto da agricultura e mesmo, de todos aqueles que detêm a propriedade de meios de produção (Furtado, 1964: 127)

¹⁵Em especial nos círculos cepalinos, ao lado da ideologia desenvolvimentista.

da teoria da modernização (em que mudança econômica geraria correlatas mudanças políticas) e a inversão desse binômio na valorização e sobrevalorização da dimensão política. O movimento de transformação e reposicionamento das filiações teóricas obedece exatamente a ordem dos autores aqui apresentados, sendo a mais moderada interpretação do subdesenvolvimento aquela produzida por Rostow e a mais radical a de autoria de Celso Furtado.

4. A guisa de conclusão

O objetivo deste trabalho não foi o de estabelecer um quadro de valores que detectasse quem estava mais certo acerca do que seja desenvolvimento. Longe de uma tentativa de hierarquizar e valorar os autores o exercício da comparação pretendia demonstrar como a circulação das ideias e das teses sobre o subdesenvolvimento podem apresentar diferenças e, ao mesmo tempo, filiar-se a um campo comum. Também procuramos destacar a importância que, no emaranhado dos temas do subdesenvolvimento, desenvolvimento e desenvolvimentismo, o lugar e a função atribuídos à dimensão política podem significar. Esta comparação poderia recorrer a um conjunto maior de autores, como Singh, Agarwala, Lewis, entre outras importantes referências ao debate latino-americano. A escolha por Rostow, Nurske e Myrdal forma uma primeira investida no campo da análise comparativa e, se houver fôlego dos pesquisadores, será ampliada no futuro. Terminamos esta comunicação com a apresentação de alguns quadros, analisando alguns dos principais conceitos dos autores não periféricos – Rostow, Nurske e Myrdal – contrastados com os elementos da tese furtadiana.

Quadro Comparativo 1: Conceitos centrais nas teses de Rostow e de Furtado

Rostow	Furtado
Eixo explicativo do subdesenvolvimento	
Vinculado à primeira etapa do crescimento econômico – a sociedade tradicional (feudal)	Subdesenvolvimento é um produto moderno, herdeiro das relações econômicas coloniais (primário-exportadora). É uma assimetria interna ao capitalismo. Pode também ser classificado em três níveis de complexidade ¹⁶

¹⁶A existência desse fenômeno assume diferentes níveis de complexidade, o caso mais simples é a coexistência de empresas estrangeiras produtoras de mercadorias para exportação e atividades econômicas de subsistência. É possível existir o subdesenvolvimento até mesmo em países periféricos que possuem um núcleo industrial, coexistindo em três setores, “no primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral” (FURTADO, 1963: 189).

Papel do Crescimento econômico	
Apoia-se na tese da decolagem: aumento da taxa de investimento produtivo; desenvolvimento de um ou mais setores manufaturados; a necessidade de instituições que absorvam as benfeitorias do crescimento econômico.	Duas percepções: a) crescimento é menos que desenvolvimento (mudança qualitativa global de <i>toda</i> estrutura produtiva e social); b) para haver crescimento econômico (sustentado) e/ou desenvolvimento é preciso superar os limites do livre mercado – através do artificialismo do planejamento.
Papel do comércio exterior	
Fundamental, pois tem importante papel para o impulso da decolagem, por meio do capital proveniente do comércio exterior.	Importante (benéfico aos setores diretamente ligados ao comércio exterior), mas incapaz de por si só, gerar o desenvolvimento. Desenvolvimento, estará sempre ligado às capacidades do mercado interno (internalização dos centros de decisão e produção)
Assimetrias centro periferia	
Não reconhece: a tese do crescimento econômico é amparada por um modelo único de crescimento, não considera a diferença que há nas estruturas dos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos.	É central na explicação. O subdesenvolvimento é um fenômeno da formação histórica e pela posição de cada um no mercado internacional. A vocação primário exportadora <i>define e condena</i> os sistemas periféricos a sua permanente subalternidade.
Presença do Estado na economia	
Somente em um contexto de crises econômicas do capitalismo ou de guerra o Estado deve ser invocado para providenciar investimentos em um setor estratégico da economia.	Protagonista na construção e consecução do desenvolvimento.

Quadro Comparativo 2: conceitos centrais nas teses de Nurkse e de Furtado

Nurkse	Furtado
Eixo explicativo do subdesenvolvimento	
Baseado na dificuldade de formação de capital em países subdesenvolvidos, que estão envolvidos pelo <i>círculo vicioso da pobreza</i> .	Formação de capital é drenado na etapa primário exportadora pela deterioração dos termos de troca. Na etapa de brecha histórica (substitutiva de importações) a estrutura do subdesenvolvimento gera um ciclo de disfunções: a) a tendência à imitação de padrões de consumo externo b) queima poupança, c) impele, na busca do lucro rápido, a alocação de recursos na produção substitutiva (inflacionários), d) impedindo o investimento privado nos segmentos de infra-estrutura (gargalos estruturais)
Comércio exterior	
Reprime a política isolacionista, priorizando para tanto, a integração do país subdesenvolvido ao comércio internacional.	Concorda. A expansão do comércio exterior não é causa suficiente para o desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo efetive-se. O aumento da produtividade pelo comércio exterior apenas providenciará lucros para poucos, que estarão propensos a seguir o padrão do consumo dos países desenvolvidos.

Desenvolvimento econômico	
Crescimento equilibrado	Crescimento equilibrado, com papel importante para distribuição da renda internamente.

Quadro Comparativo 3: conceitos centrais nas teses de Myrdal e de Furtado

Myrdal	Furtado
Eixo explicativo do subdesenvolvimento	
O processo acumulativo propõe que o <i>círculo vicioso da pobreza</i> , que está inserido em países subdesenvolvidos, reproduz os chamados <i>efeitos regressivos</i> .	Discorda. Subdivide-se em três diferentes níveis de complexidade: predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; as atividades são diretamente ligadas ao comércio exterior; prendem-se ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral.
Relação de dependência países subdesenvolvidos versus países desenvolvidos	
Dependência das colônias em relação às metrópoles, repercutindo na transferência de ideias, cultura e principalmente das políticas de desenvolvimento econômico.	Discorda. O conceito de dependência dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos está associado a um primeiro momento à dependência de cunho econômica. Posteriormente esta dependência assume um caráter cultural. O padrão de consumo da minoria nos países subdesenvolvidos é igual ao padrão exercido nos países desenvolvidos.
Atuação do Estado	
Primordial. A ausência do Estado na economia poderia acarretar intensificação do desenvolvimento desequilibrado, resulta nas desigualdades regionais.	Concorda. Acentua que é preciso reformar administrativas, em conjunto com a ação do Estado em formular políticas econômicas.
Desenvolvimento Econômico	
Desenvolvimento setorial. Os “efeitos propulsores” em conjunto com a atuação do Estado, por meio de políticas econômicas. Conciliando a democracia com o desenvolvimento econômico.	Discorda. Propõe o crescimento equilibrado.
Políticas para a integração nacional	
Firmada entre os países pobres aumenta o poder de barganha desses com os países ricos e a fortificação dessa integração pode chegar a tal ponto, que passaria a ser interessante para os países ricos estabelecerem relações frutíferas com os países pobres.	Discorda. É a etapa superior da teoria do desenvolvimento, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento de integração surge como uma forma mais complexa de coordenação das decisões econômicas. Para as economias subdesenvolvidas, a integração não planificada tende a gerar os desequilíbrios regionais.

Quadro Comparativo 4: as diferenças de métodos em Rostow, Nurkse, Myrdal e Furtado

autor	Modelo de análise
Rostow	Universalista. Movimento único subdividido em fases crescentes em direção ao desenvolvimento.

Nurske	Reúne a teoria do comércio e do desenvolvimento em sua abordagem.
Myrdal	A causação circular dos processos acumulativos
Furtado	Análise histórico-estrutural. Há mais de um modelo de modernização capitalista, gerando estágios assimétricos e funcionalmente determinados (centro <i>versus</i> periferia)

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil*: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. *Revista Estudos avançados* 26 (75), 2012.

_____. O Pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1961*. Edição 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, P. C. D. O Pensamento Econômico Alemão no Século 19. In: HELFER, Inácio (org.) *Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000. p. 9-19.

FURTADO, C. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *Perspectiva da Economia Brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

_____. *A Pré Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Formação Econômica do Brasil* (1959). 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUMIERO, R. G. Comparação das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurske e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Furtado. *Cadernos Cedec Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, São Paulo: Cedec, nº 107, mar. 2012.

LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, vol. 53, nº 1 (mar., 1959), 69-105.

LOVE, J. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica E Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

_____. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

NURKSE, R. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

_____. Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a “Formação de capitais e desenvolvimento econômico”. In: *Memórias do Desenvolvimento*, Ano 1, n. 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

_____. A decolagem para o crescimento autossustentado (1956). In: Agarwala; Singh (Org). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.